

Edição 09/2024

BOLETIM INFORMATIVO

Centro de Apoio Operacional em Defesa da Saúde



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



Setembro **AMARELO**

MÊS DE **PREVENÇÃO** AO SUICÍDIO

Você não precisa passar por tudo sozinho. **A vida é a melhor escolha.** Se precisar, peça ajuda!

Ligue: 188



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

CAO - SAÚDE

CENTRO DE APOIO
OPERACIONAL EM DEFESA
DA SAÚDE

10 DE SETEMBRO

DIA MUNDIAL DE PREVENÇÃO AO SUICÍDIO

Você não está sozinho.

Se precisar, busque ajuda!

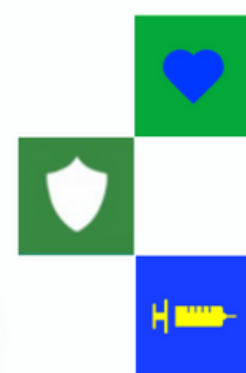
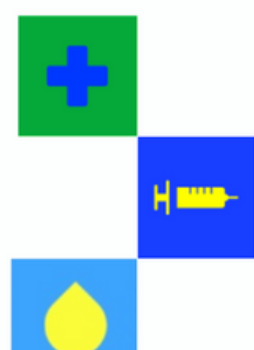
Ligue: 188



ANIVERSÁRIO

SUS 34 ANOS

LEI N. 8.080/90



27 de setembro

Dia Nacional de Doação de Órgãos

Seja doador,
multiplique vidas!



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

CAO - SAÚDE
CENTRO DE APOIO
OPERACIONAL EM DEFESA
DA SAÚDE

MP REQUER DADOS SOBRE AÇÕES ADOTADAS PARA REDUZIR IMPACTO À SAÚDE

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da 7ª Promotoria de Justiça Cível de Cuiabá, que atua na defesa da saúde, requereu informações sobre as medidas que estão sendo implementadas para mitigar as queimadas e o seu impacto na saúde da população cuiabana. No ofício, o promotor de Justiça Milton Mattos da Silveira Neto estabelece o prazo de 10 dias úteis para que os secretários de Estado de Saúde, Segurança Pública e Meio Ambiente, e o secretário municipal de Saúde de Cuiabá encaminhem as informações solicitadas pela instituição.

A medida foi adotada nos autos do Procedimento Administrativo instaurado pelo MPMT com a finalidade de acompanhar as políticas públicas para combater e mitigar as consequências das fumaças provenientes das queimadas na saúde da população. Mato Grosso liderou o ranking de áreas queimadas no Brasil entre janeiro e agosto deste ano, concentrando 21% da área atingida pelo fogo no país, conforme o monitoramento de queimadas feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

“A qualidade do ar em Cuiabá foi apontada como “muito insalubre” pela plataforma suíça IQAir de monitoramento na última semana de setembro de 2024, que marcava 219 em uma escala que vai até 500, muito aquém do adequado para o organismo humano. A baixa umidade do ar em razão dos incêndios tem provocado uma alta concentração de monóxido de carbono na atmosfera e outros poluentes, causando sérios danos à saúde da população, principalmente entre os grupos mais vulneráveis, como idosos e crianças”, ressaltou o promotor de Justiça em um trecho da portaria.

Fonte: MPMT

MP DEBATE OS DESAFIOS PARA IMPLANTAÇÃO DA SAÚDE DIGITAL EM MT

A parametrização dos sistemas em saúde digital para o atendimento de ponta, por meio da utilização dos prontuários médicos eletrônicos, serviços de telessaúde, teleconsulta e telemedicina, aplicativos para atendimento online, além de ferramentas de análise de dados que permitem o diagnóstico e o tratamento adequados, foi debatida nesta terça-feira (24) na série Colóquios Ministeriais, que abordou o tema “Saúde Digital em Mato Grosso”.

Na abertura do encontro, o coordenador do CAO Defesa da Saúde, promotor de Justiça Milton Mattos da Silveira Neto lembrou que as informações do programa estadual Saúde Digital MT podem facilitar a atuação do Ministério Público e otimizar o acesso aos dados, tendo em vista a abrangência do sistema. “Essa ferramenta é importantíssima para sanar a falta de profissionais especialistas em saúde, principalmente no interior do estado. É importante ampliar esse acesso para que 100% dos municípios façam adesão ao sistema de saúde digital”, afirmou.

De acordo com o coordenador adjunto do CAO Defesa da Saúde, promotor de Justiça Thiago Scarpellini, o debate teve como objetivo deliberar sobre a ampliação dos acessos aos serviços oferecidos à população em saúde digital, agilizando o fluxo assistencial ao paciente. “Precisamos de mecanismos para que o paciente seja atendido com qualidade. Devido à dificuldade de acesso a médicos especialistas, o trabalho de uma rede integrada para o atendimento das demandas se faz necessário”, destacou.

O presidente da Comissão de Saúde do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Guilherme Maluf, defendeu que seja estabelecido um plano de ação com a finalidade de monitorar a maturidade da infraestrutura digital para atender a saúde digital nos municípios. “Considero a saúde digital de suma importância na construção de políticas públicas, principalmente na Atenção Primária à Saúde (APS). A partir dessa iniciativa do Ministério Público, precisamos construir uma força-tarefa para que tenhamos um processo digital unificado”, disse.

O presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Mato Grosso (Cosems/MT), Flávio Alexandre dos Santos, pontuou: “Temos um vazio sanitário, dada a questão territorial, para garantir a equidade dos serviços em saúde. Temos um atraso muito grande do protocolo ao diagnóstico e precisamos diminuir o tempo de espera para o tratamento adequado.”

A saúde digital já é uma realidade em Mato Grosso, com investimentos contínuos em tecnologia, infraestrutura e capacitação. O impacto é positivo, na avaliação do gestor do Núcleo de Telessaúde e Saúde Digital, Gonçalo Cristiano de Moura. Segundo ele, dos 141 municípios do Estado de Mato Grosso, cerca de 110 já assinaram o termo de adesão ao programa “Saúde Digital MT”. “O estado pode se tornar um modelo de inovação em saúde no Brasil. Desse total, 60 municípios já foram capacitados para o uso dos serviços das ferramentas de telessaúde”, afirmou.

Fonte: [MPMT](#)

JUSTIÇA DETERMINA QUE ESTADO CREDENCIE MÉDICO PERITO EM COLNIZA

A pedido da 1ª Promotoria de Justiça de Colniza (a 1.065km de Cuiabá), a Justiça determinou, em decisão liminar, que o Estado de Mato Grosso credencie médicos peritos para atender a demanda do Município nos casos de morte violenta. Estabeleceu ainda que, em caso de impossibilidade comprovada, disponibilize médico plantonista habilitado a realizar a perícia, no prazo de 10 dias, sob pena de fixação de multa diária por descumprimento.

Conforme o promotor de Justiça substituto Bruno Barros Pereira, a Associação Ministério da Esperança de Colniza procurou o Ministério Público para informar que o município não dispunha de médico perito credenciado e nem de instalações da Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec) para realizar as perícias em caso de óbito. Havendo morte violenta, o corpo teria que ser levado para perícia na cidade de Juína, distante mais de 320km de Colniza.

Conforme levantado pelo MPMT durante a investigação, o médico credenciado pelo Município estaria apto somente a realizar exames em pessoas com vida, para análise de lesão corporal ou violência sexual, por exemplo. O termo de credenciamento não previa a realização de exames de necropsia.

“É necessário que o Estado de Mato Grosso assuma a responsabilidade a fim de que o município de Colniza detenha médico perito devidamente capacitado, bem como efetue a captação de cadáver humano decorrente de morte violenta, com a realização de perícia médica quando necessário neste município”, argumentou o promotor de Justiça ao propor a Ação Civil Pública (ACP).

Fonte: MPMT

PROMOTOR DE JUSTIÇA FOCA NA PREVENÇÃO E REFORÇA PAPEL DO PODER PÚBLICO

Nesta quarta-feira (25), na última entrevista realizada pela Rádio CBN Cuiabá da campanha “Saúde Mental também é Saúde”, desenvolvida pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso e parceiros, o promotor de Justiça Thiago Scarpellini Vieira enfatizou a importância da prevenção e a responsabilidade do poder público nesse contexto.

“A prevenção começa com o poder público providenciando e fazendo valer os direitos básicos à população estabelecidos na Constituição Federal, como lazer, cultura, moradia digna e trabalho”, ressaltou o promotor de Justiça.

Scarpellini também chamou a atenção para a relevância das unidades básicas de saúde, que devem funcionar como portas de entrada para o atendimento às pessoas que necessitam dos serviços em saúde mental. Explicou que o tratamento com medicamentos e internação deve ser o último plano.

Ressaltou ainda a importância do agente comunitário de saúde e lamentou que, na maioria dos municípios, o número desses profissionais ainda é reduzido. “É o agente que, no primeiro momento, identifica o estado da saúde mental das pessoas nas visitas domiciliares, principalmente crianças e idosos. É esse profissional também que poderá constatar se a pessoa, que eventualmente recebeu um tratamento, continua tomando a medicação”, observou.

Ao ser questionado sobre o papel do Ministério Público na defesa da saúde, o promotor de Justiça esclareceu que a instituição tem função importantíssima, principalmente na área da saúde coletiva. Abordou os instrumentos existentes para fazer valer esses direitos e reforçou a necessidade de o promotor de Justiça estar próximo da sociedade.

“A participação do promotor de Justiça começa já na definição do orçamento, quando, junto com a comunidade apresenta aos gestores as demandas existentes”, lembrou. Ele explicou que a Constituição Federal estabelece um percentual mínimo de 15% da arrecadação de impostos e tributos para a área da saúde. Afirmou, no entanto, que esse percentual pode ser maior.

Segundo o promotor de Justiça, além das transferências constitucionais, os municípios e estados também recebem recursos da União via fundos para custeio da saúde. Existem ainda possibilidades de obtenção de recursos por meio da celebração de convênios para execução de projetos, a exemplo do serviço “residência terapêutica”.

A entrevista traz ainda abordagens sobre a reforma psiquiátrica, atendimento infantojuvenil, entre outros aspectos. Assista aqui à íntegra do bate-papo.

Fonte: [MPMT](#)

PSICÓLOGA ABORDA SINAIS DE ALERTA E ORIENTA SOBRE ACOLHIMENTO

Sofrimento, isolamento, choro desmotivado, desesperança, vontade de sumir, de sair andando sem rumo e direção são sinais que podem servir de alerta para a existência de algum problema com a saúde mental. O aviso foi dado nesta quarta-feira (18) pela psicóloga Luciana Kalix em entrevista concedida à Rádio CBN Cuiabá, como parte da campanha lançada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso com o tema “Saúde Mental também é Saúde”.

Segundo a psicóloga, que integra o Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho – Vida Plena do MPMT, a orientação é para que as pessoas que estão com esses sinais procurem ajuda em uma unidade básica de saúde. “É preciso entender que problema de saúde é um adoecimento e que a pessoa precisa buscar a ajuda de um profissional. A Unidade do Programa de Saúde da Família (PSF) é a porta de entrada para a pessoa que está com algum tipo de sofrimento e angústia”, afirmou.

Ao ser indagada por um ouvinte sobre o processo de negação da doença, Luciana Kalix explicou que cada pessoa reage de um jeito e que é preciso respeitar e aceitar o tempo de cada um. “O importante é buscar profissionais da área para avaliar se o que você está sentindo é algo que possa indicar a existência de algum transtorno”, orientou.

A psicóloga explicou que a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) faz parte do Sistema Único de Saúde (SUS). Esclareceu que o fluxograma de atendimento começa na unidade do PSF. “Se o médico que atua na unidade básica de saúde verificar a necessidade de um tratamento, ele fará o encaminhamento para a atenção secundária. Em situações de crise a orientação é para que procure uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA)”.

A entrevistada tratou ainda sobre os atendimentos realizados pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Explicou que, ao contrário do que acontecia nos manicômios, também conhecidos como hospitais psiquiátricos ou hospícios, nos CAPS o atendimento é totalmente diferenciado. “Os CAPS contam com equipes multidisciplinares que tratam a pessoa de forma integral. Esses locais não são para internação, é um modelo que veio para substituir os manicômios”.

A psicóloga também fez um breve relato sobre o trabalho desenvolvido pelo MPMT na promoção da qualidade de vida de seus integrantes no ambiente de trabalho. Disse que, além das campanhas de sensibilização, o Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho realiza três vezes por semana ginástica laboral com seus integrantes, faz intervenções individuais e também atua na construção de políticas institucionais no enfrentamento à violência laboral, promoção da equidade de gênero, entre outros temas.

Cama de Gato – O bate-papo, que também contou com a participação da jornalista e artista plástica Michelle Diehl, trouxe vários exemplos práticos. A partir da sua vivência com a bipolaridade, a jornalista, que também é uma das autoras do livro Cama de Gato, falou sobre suas experiências.

Segundo ela, o Cama de Gato traz a sua história e foi publicado com a intenção de ajudar a outras pessoas. “O livro surgiu de uma conversa com a professora e historiadora Cristina Soares. Mostro de forma clara como a arte terapia mudou a minha vida”, observou.

Acesse aqui a entrevista na íntegra.

Fonte: [MPMT](#)

PROJETO DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE ABORDA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Nesta sexta-feira (06), o Projeto Diálogos com a Sociedade trouxe um bate-papo sobre as perspectivas e desafios da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em Mato Grosso. Para o promotor de Justiça Milton Mattos da Silveira Neto, que há quase dois anos atua na Promotoria de Justiça da Tutela da Saúde em Cuiabá, a rede é deficitária, mas o cenário tende a melhorar em razão do trabalho conjunto que vem sendo desenvolvido com a participação dos poderes constituídos.

O promotor de Justiça participou da entrevista, realizada no estúdio “bolha” montado no Shopping Estação Cuiabá, com a coordenadora estadual da Organização das Redes de Atenção à Saúde, Daniely Beatrice Ribeiro do Lago.

Segundo ele, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da 11ª Promotoria Cível do Patrimônio Público e da Probidade de Cuiabá, viabilizou a destinação de R\$ 6 milhões em Termo de Ajustamento de Conduta para ampliação da rede de atendimento psicossocial de Cuiabá. Duas unidades de saúde estão sendo reformadas para abrigar Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Conforme o promotor de Justiça, em julho do ano passado, o então Gabinete de Intervenção da Saúde em Cuiabá apresentou um plano de ação prevendo também a implantação de 11 leitos para retaguarda clínica e psiquiátrica, ofertando internações de curta duração. O plano estabeleceu ainda a implantação de uma unidade de acolhimento adulto e adequação de três residências terapêuticas para solicitação de credenciamento e habilitação junto ao Ministério da Saúde. Foram planejadas também reformas na sede do CAPS do CPA IV e reestruturação dos ambulatórios de saúde mental adulto e infantojuvenil.

Milton Mattos da Silveira Neto citou ainda o trabalho realizado pela Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa que assegurou um aporte de R\$ 20 milhões no orçamento do Estado para a saúde mental. “A partir de dados técnicos, fomos ao Governo do Estado e demonstramos a necessidade de aumentarmos o financiamento da saúde mental”, afirmou.

Assista aqui a entrevista na íntegra

Fonte: [MPMT](#)

ATUALIZAÇÕES NA LEGISLAÇÃO

Tema 1234 - Legitimidade passiva da União e competência da Justiça Federal, nas demandas que versem sobre fornecimento de medicamentos registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, mas não padronizados no Sistema Único de Saúde – SUS.

LEI Nº 14.977, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a produção, por laboratórios farmacêuticos de natureza pública, de princípios ativos destinados ao tratamento de doenças determinadas socialmente.

Súmula vinculante nº 60 - O pedido e a análise administrativos de fármacos na rede pública de saúde, a judicialização do caso, bem ainda seus desdobramentos (administrativos e jurisdicionais), devem observar os termos dos 3 (três) acordos interfederativos (e seus fluxos) homologados pelo Supremo Tribunal Federal, em governança judicial colaborativa, no tema 1.234 da sistemática da repercussão geral (RE 1.366.243).

LEI Nº 14.964, DE 5 DE SETEMBRO DE 2024

Institui o Dia Nacional do Médico Ultrassonografista.

DECRETO Nº 12.161, DE 3 DE SETEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a qualificação da Política de Atenção Especializada em Saúde, inclusive maternidades e policlínicas, para fins de apoio à realização de estudos de parcerias público-privadas, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

EQUIPE CAO - SAÚDE

MILTON MATTOS DA SILVEIRA NETO
PROMOTOR DE JUSTIÇA E COORDENADOR

THIAGO SCARPELLINI VIEIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA E COORDENADOR ADJUNTO

JESSICA DE LIMA MAGALHÃES SILVA
AUXILIAR MINISTERIAL